

Patrimônio arquitetônico urbano em Campos dos Goytacazes: os efeitos das políticas de intervenção urbana implementadas no Centro Histórico em 2008-2018

Mariane Telles Sá Freire¹

Hernán Armando Mamani²

Grupo de Trabalho: ST4. Reorganização do território regional: a rede urbana, as mudanças na hierarquia e na estrutura interna às cidades. Infraestrutura logística e seu papel nas mudanças territoriais.

Resumo

Este trabalho busca compreender a dinâmica de implementação das políticas de intervenção urbana no centro histórico da cidade de Campos dos Goytacazes durante a última década, considerando, em particular, os modos como estas tratam do patrimônio arquitetônico urbano e seus efeitos sobre os usos da área central da cidade. Tomamos como objeto o Plano Diretor de 2008, que explicitou a necessidade de revitalizar o centro e redefiniu os instrumentos de proteção ao patrimônio histórico e cultural com a criação da Área de Especial Interesse Cultural; bem como as reformas do centro histórico iniciadas em 2012. Interessa-nos, portanto, identificar os atores envolvidos, as dimensões da cidade valorizadas como dignas de se preservarem, os meios e dispositivos utilizados e os efeitos do conjunto de ações sobre o patrimônio arquitetônico e urbano deste local. Buscamos ainda conhecer como essa questão é tratada em cidades não metropolitanas. Quanto ao método, utilizamos a pesquisa documental visando contextualizar o tema, identificar seus referenciais e os regimentos legais que o permeiam. Recorreremos também a entrevistas com os atores reconhecidos como mais relevantes na promoção do patrimônio arquitetônico da cidade, a fim de perceber seus pontos de vista, justificativas e critérios.

Palavras-chave: Política urbana. Intervenção urbana. Revitalização. Patrimônio arquitetônico. Centro histórico.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas na Universidade Federal Fluminense. E-mail: mariane_safreire@hotmail.com

²Professor Associado da Universidade Federal Fluminense. E-mail: hernan_a_mamani@yahoo.com.br

Introdução

Campos dos Goytacazes, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro e recorte espacial desta pesquisa, situa-se a cerca de 300 km (trezentos quilômetros) da capital e integra a Região Norte Fluminense com seus 490.288 (quatrocentos e noventa mil duzentos e oitenta e oito) habitantes, segundo o estimado pelo IBGE. Considerada a maior cidade do estado fora da região metropolitana, cuja fundação data do século XVII, se consolidou ao longo da história, a partir desse, um centro dinâmico nos processos de modernização, que lhe renderam, em termos arquitetônicos, grande expressividade dos diversos momentos da urbanização brasileira, notada desde seu traçado colonial moldado por vielas e largos, a exemplares religiosos de arquitetura barroca e vestígios de instalações portuárias, passando por palacetes e solares da virada do século XIX, sobrados ecléticos, prédios com características de Art Déco e, inclusive, modernistas.

Apesar de já ter vivenciado diversas experiências de intervenção urbana ao longo da história, como veremos ao longo do trabalho, o centro histórico da cidade mostra-se como uma ambiência ameaçada, antes pela ausência de amparos legais sobre o patrimônio e hoje pela falta de diálogo na perspectiva de interpretação deste, além da deficiência envolta na aplicabilidade das leis de preservação existentes, colocando em risco aspectos que o caracterizam como lugar de memória e de encontro, como espaço público e de sentimentos relatos (JOSEPH, 1999).

O cenário atual da problemática do patrimônio arquitetônico e da demanda de revitalização urbana do centro histórico de Campos dos Goytacazes se acentua ao revelar uma diversidade de atores mobilizados em disputa de interesses. Nesse sentido, a presente pesquisa traz a preocupação sobre quais dimensões da cidade são valorizadas na tentativa de se preservar, quais os meios e quais os efeitos das ações implementadas sobre o patrimônio arquitetônico urbano quando considerados os usos que se faz e se aspira a fazer do centro a partir de uma revitalização, especialmente no contexto de uma cidade não metropolitana.

Portanto, o principal objetivo deste trabalho é compreender como ocorrem, se constroem, se justificam e se implementam as políticas de intervenção urbana no centro histórico da cidade de Campos dos Goytacazes, especialmente entre os anos de 2008 e 2018, considerando, em particular, os modos como estas tratam o patrimônio arquitetônico urbano e seus efeitos sobre os usos da área central da

cidade. Justamente pelo fato de já existirem vastas pesquisas sobre as metrópoles e uma constante reprodução de critérios analíticos dessas experiências, em contrapartida a uma escassez de estudos recentes das políticas de preservação e de intervenção urbana locais. Além disso, assistimos a um cenário de desvalorização do patrimônio arquitetônico e da ambiência do centro histórico, principalmente pela recorrência de demolições e intervenções.

Dessa forma, temos como objeto de pesquisa os regulamentos e as ações que vigoram sobre o centro histórico da cidade e interferem no patrimônio arquitetônico urbano local, entre 2008 e 2018, particularmente o Plano Diretor vigente, a atuação do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos dos Goytacazes e o projeto de Revitalização do Centro Histórico de 2012.

Para tanto, o processo metodológico envolve pesquisa documental, com vistas a contextualizar o tema, identificar referenciais teóricos e empíricos, bem como os regimentos legais que o permeiam e as notícias divulgadas nos principais veículos da mídia local. E pesquisa de campo, por meio de observação da atuação do conselho de patrimônio municipal, com participação nas reuniões, contato e conversas com membros, acompanhamento do blog mantido e gerenciado pelo conselho e análise das atas disponibilizadas. Além da participação nos eventos relacionados ao centro e ao patrimônio promovidos pela gestão (Secretaria de Educação, Cultura e Esportes) e pelas instituições de ensino locais.

Incluem-se, ainda, entrevistas com os atores identificados como mais mobilizados e relevantes nas definições de conteúdo e práticas em relação ao patrimônio arquitetônico da cidade, como membros do COPPAM (Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos dos Goytacazes), o arquiteto responsável pela obra de revitalização do centro e membro da CARJOPA (Associação de Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa), buscando conhecer seus pontos de vista, justificativas e critérios.

Ressalta-se que este artigo constitui parte da pesquisa elaborada para a dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense, reunindo os dados levantados durante a etapa do campo. Assim, se estrutura da seguinte forma: na primeira seção, apresenta-se o contexto histórico e empírico da problemática em questão, na sessão seguinte, estão as diferentes visões e

interesses que se apresentam sobre o patrimônio arquitetônico urbano, ou seja, os atores em cena, suas demandas e disputas. Na terceira seção, são apresentadas as informações relativas ao projeto de Revitalização do Centro Histórico e, por fim, os efeitos e obstáculos identificados na dinâmica de implementação das políticas de preservação do patrimônio arquitetônico e de intervenção urbana.

1 Contexto

Reformas urbanas são uma prática constante na tradição urbanística na busca por adequação das formas e da estrutura urbana às características e funções que variam ao longo do tempo. Essas intervenções se iniciam com necessidade de adaptação das cidades às novas concepções que surgem durante o século XIX. No ano de 1859, o projeto do Ensanche de Barcelona, de autoria de Idefons Cerdà, fez parte do primeiro tratado de urbanismo moderno. Nessa época, Barcelona, que até então cresceu em um recinto medieval, era a cidade mais densa da Europa, morfologicamente construída por ruas muito estreitas e fachadas muito altas (MUXI, 2012). O Plano de Cerdà procurou, então, além da higienização e salubridade, priorizar uma integração ao tecido urbano existente e uma relação harmônica entre as vias de circulação e os lotes, destacando-se pela solução de esquinas chanfradas, que transformaram um simples cruzamento em um espaço que possibilita maior amplitude visual dos edifícios e sociabilidade.

Simultaneamente, entre os anos de 1853 e 1870, o Plano de Haussmann para Paris também entra em cena como um modelo de modernização urbana, mas de uma forma mais radical, visto que George Haussmann, a pedido de Napoleão III, demoliu muitas das antigas edificações e as estreitas ruas medievais, incompatíveis com o crescimento econômico e social da cidade daquele período, para dar lugar a largas e retilíneas avenidas e bulevares, que garantissem a higienização e a circulação, reenquadrassem os monumentos e assegurassem a imagem e a popularidade da capital (PORTO ET AL, 2007).

Aos moldes de Paris, a cidade do Rio de Janeiro, posteriormente, reproduziu essa experiência. A reforma feita por Pereira Passos, como prefeito da cidade, entre os anos de 1902 e 1906, seguiu o conceito “haussmanniano” e ficou conhecida como “bota-abaixo”, devido ao grande número de demolições executadas na época.

Apesar da história de Campos dos Goytacazes estar muito vinculada a áreas circundantes ao centro, voltadas para a produção açucareira em engenhos e, posteriormente, sucroalcooleira em usinas, era nele que se estabeleciam as trocas e que a elite econômica, configurada por essas circunstâncias, se abastecia de mercadorias e convivia social e politicamente. Segundo Freitas (2006), nessa época, se localizavam, no centro, a praça e os principais edifícios da cidade, como a Igreja e a Casa de Câmara e Cadeia, além de estabelecimentos voltados para o comércio varejista de armarinhos, tecidos, joalherias, lojas de fazenda, hospedarias e etc., que, com o desenvolvimento econômico da cidade, começaram a nela se estabelecer para atender à demanda local.

De acordo com Alves (1995 apud Freitas, 2006), as elites locais, junto aos comerciantes, que, a partir de 1890, passaram a exercer notável influência política e social em Campos através da Associação Comercial e de seus representantes na Câmara Municipal, buscaram diversas vezes promover melhorias urbanas na área central da cidade, influenciadas pelas reformas empreendidas nas capitais, principalmente, no Rio de Janeiro, visto que já não cabia uma imagem rústica e provinciana à cidade, sendo preciso incorporar a ela símbolos do progresso, adequados aos tempos modernos.

Entre as reformas promovidas ao longo desse período, se destacam, com base em Oliveira (2012), o Plano Bellegarde, em 1837, do engenheiro Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde, que visava melhorias urbanas ligadas à circulação de mercadorias e um melhor escoamento da produção industrial da região e foi elaborado simultaneamente ao plano de desenvolvimento regional de 1934; o Plano de Aformoseamento da cidade de Campos dos Goytacazes, em 1842, do engenheiro Américo Pralon, que teve foco na reorganização da atual zona central da cidade e começou a ser implantado com entusiasmo, mas não foi adiante por falta de interesses políticos.

O Plano de Saneamento de Campos, elaborado por Saturnino de Brito, em 1902, merece destaque pois, devido ao seu caráter higienista, demonstrou preocupação com a salubridade devido à peste bubônica e a outras pragas que assolaram a cidade. Mas por detrás dessas questões, havia também o interesse de tonar Campos a capital da província e, portanto, adequar a infraestrutura urbana. Porém, o plano de Saturnino só veio a ser implantado a partir de 1910, depois da enchente de 1906 e da possibilidade de financiamento pela taxa que passou a ser

cobrada sobre o açúcar produzido na cidade, em 1911. A cobrança desse tributo foi solicitada ao governador Oliveira Botelho para promover benfeitorias que adequassem a estrutura urbana e, em 1916, rendeu à cidade uma série de obras inauguradas, como o dique do rio Paraíba, o alargamento da Beira-Rio, duas elevatórias de tratamento de esgoto, bondes elétricos e praças.

Em 1944, o Plano de Remodelamento Urbano da Cidade de Campos, encomendado ao Escritório de Urbanismo Coimbra Bueno e elaborado junto com o arquiteto Donat Alfred Agache durante a gestão municipal de Salo Brand, buscou ordenar espacialmente o crescimento urbano e não se restringiu apenas ao centro, absorveu os princípios higienistas do Plano de Saturnino de Brito e incluiu ainda a revisão da rede viária com proposta de abertura de novas avenidas e alargamento de outras existente. Segundo Farias ([s.d.]), esse plano marcou a história urbana de Campos dos Goytacazes, sendo o estudo mais completo, a nível cartográfico, que a cidade já recebeu. Embora nunca tenha sido totalmente executado, é possível constatar, por meio do traçado atual da cidade, que as principais orientações contidas no plano de 44 foram consideradas em intervenções posteriores.

Na década de 70, mais especificamente em 1979, durante a gestão de Raul Linhares, o município contrata o Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos dos Goytacazes – PDUC. No entanto, diferente dos planos anteriores, não executa obras de remodelação, mantendo em nível de intervenções a concepção do Plano Coimbra Bueno/Alfred Agache, se preocupando em direcionar o uso do solo e a densidade nas diferentes áreas da cidade (CARNEIRO, 2015).

Nesse contexto de intervenções e reformas que ocorreram junto às demandas que surgiam com o crescimento urbano, é possível dizer que a noção de patrimônio arquitetônico se constitui na contracorrente do processo de urbanização dominante. A questão da preservação e valorização ou não desses objetos da cidade (monumentos/prédios históricos) é colocada em xeque à medida em que se acentua o processo de desenvolvimento urbano.

No entanto, quer o urbanismo se ocupe em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer tente preservá-los, é ao tornar-se num obstáculo ao livre desenvolvimento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram a sua identidade conceitual (CHOAY, 2000). O patrimônio arquitetônico é justamente aquilo que se relaciona tanto com a história da cidade quanto com o espaço urbano, mas se afeta pelas novas imposições da

arquitetura e do urbanismo, bem como pelos regimentos que vêm regularizar essas transformações e acabam por abrir a cidade para o capital.

Apesar da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, logo no início de sua criação, entre as décadas de 30 e 40, quando efetuou 5 tombamentos na cidade de Campos dos Goytacazes (Solar dos Airizes, Solar do Colégio, Solar de Santo Antônio, Solar do Visconde e Capela Nossa Senhora do Rosário do Visconde), simbolizando um valor de representação nacional, estes se situavam em áreas rurais e afastadas do centro, pois se referiam à concepção de patrimônio valorizada pela política deste período. Eram consideradas essencialmente brasileiras pelos intelectuais do órgão para preservação as construções arquitetura colonial, imóveis religiosos e grandes casarões, embora a realidade local se apresentasse em contexto distinto, em que as construções do período Art Déco, características desse momento, começavam a substituir os sobrados coloniais do centro (VIEIRA, TEIXEIRA, 2005).

Demolições representativas no centro histórico percorreram até as décadas de 60 e 70, como a Santa Casa de Misericórdia e a Igreja Mãe dos Homens, o prédio do Banco do Brasil, dos Telégrafos, da ACIC, a residência do Senhor Vicente Nogueira e o teatro Trianon, dando lugar a prédios com referências de arquitetura modernista. Modificações que foram suficientes para transformar a imagem da praça central da cidade (Figura 01) e ocorreram de maneira discriminada pela ausência de uma política de preservação.

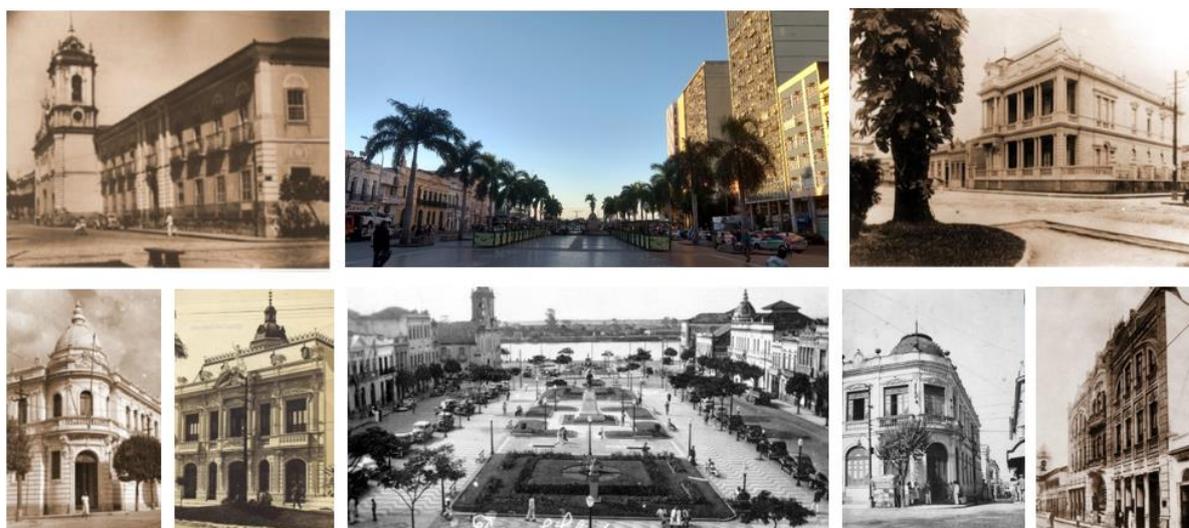


Figura 01: Modificações da paisagem da Praça São Salvador
Fonte: PUGLIA, 2012; PIMENTEL, 2018 (modificado pela autora)

Na década de 80, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, criado em 1975, começou a atuar na cidade de Campos e efetuou diversos tombamentos na área central, de exemplares religiosos a neoclássicos e ecléticos. Já em 1991, conforme exigido pela Constituição Federal de 88, foi criado o primeiro Plano Diretor do município, que forneceu, em seus artigos 28º, 29º e 30º, diretrizes para a preservação do patrimônio histórico e cultural, prevendo a criação de um grupo executivo para cuidar dos projetos de preservação do patrimônio cultural (VICENTE FILHO, 2011).

Apesar disso, esse grupo executivo só veio a ser criado no ano de 2003, por imposição do Ministério Público, quando um grupo da sociedade civil se mobilizou contra a demolição de um casarão eclético na rua Tenente Coronel Cardoso, a ser substituído por um prédio de vinte andares. Este grupo foi nomeado Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal pela Lei nº7527/2003.

O COPPAM passou, então, a atuar e institucionalizou, de fato, a questão do patrimônio na cidade, fomentando uma política de preservação municipal. Nesse período, conforme destaca Vicente (2011) em seu trabalho, a gestão atuou notificando os proprietários dos prédios de relevância histórica, na análise de processos relativos a estes e na necessidade de se efetuar um inventário de bens imóveis, pois suas deliberações se baseavam em um inventário basicamente composto por um acervo fotográfico feito por técnicos da Associação Norte Fluminense de Engenheiros e Arquitetos – ANFEA. Em 2013, o COPPAM foi reestruturado e ganhou caráter consultivo, deliberativo e também executivo, assumindo responsabilidade pelo tombamento definitivo dos bens de interesse cultural do município.

O Plano Diretor de 2008, por sua vez, definiu a Área de Especial Interesse Cultural – AEIC, que delimita o conjunto edificado de relevante interesse cultural para a memória da cidade, estabelecendo diretrizes particulares de regulamentação, subordinadas ao COPPAM. Além disso, incluiu o patrimônio arquitetônico urbano, em seus artigos 82º e 84º, como um dos elementos importantes da estruturação urbana, apontando para lhe dar um uso cultural a partir da revitalização do centro histórico.

Dessa forma, o Plano Diretor vigente incorpora no repertório urbanístico da cidade uma concepção de patrimônio e de usos desse patrimônio, que são implementados, ao menos parcialmente, nas principais metrópoles brasileiras, e que

se agrega também à gramática reivindicativa dos comerciantes da cidade, bem como dos atores culturais e da própria prefeitura.

Assim, vemos as intervenções urbanas do final do século XIX e início do século XX serem retomadas com um movimento de retorno aos centros e constantemente chamadas de “revitalização”. De acordo com Simões (1994), a discussão em torno de políticas públicas preocupadas com a deterioração de áreas urbanas centrais tem início nos anos 70, e tal mudança repentina, focada na revalorização dos centros, pode ser explicada pela crise global que se instaurou nesse período, visto que, diante da relativa perda de capacidade de investimentos do setor público e da intensificação dos problemas de acessibilidade e mobilidade urbana, as áreas centrais passam a apresentar características interessantes, como localização otimizada dentro da rede intraurbana e infraestrutura bem servida apesar de ociosa.

É destacado também, nesse mesmo período e como resultado dos movimentos sociais urbanos, a crítica aos valores fundamentados pelo modernismo, que acabaram por criar cidades áridas e com escala monumental. Nesse sentido, a revalorização das áreas centrais passa também a estar relacionada ao representativo patrimônio de cunho histórico geralmente presente nesses locais, que possibilita o resgate de valores ligados à cultura local, ao imaginário coletivo e às raízes da própria cidade (SIMÕES, 1994).

A deterioração de áreas urbanas tem relação direta com os processos dinâmicos de produção e consumo que se observam a partir do surgimento da cidade industrial. Segundo Del Rio (1992, p. xix), “os processos de desenvolvimento que elas ajudaram a iniciar impuseram novas lógicas econômicas que não mais se viabilizavam através de velhas estruturas, ou simplesmente não necessitavam delas”. Diante do forte crescimento populacional, os novos valores da sociedade buscaram se realizar em outros locais menos saturados e mais condizentes com os novos tempos, havendo uma expansão física da malha urbanizada.

Esse processo renegou os centros a um esvaziamento, que na cidade de Campos dos Goytacazes começou a se acentuar na década de 90. De caráter fortemente comercial e popular, a disputa com o surgimento dos shopping centers, e de novas áreas comerciais, como a avenida Pelinca, fez com que, nesse período, muitos estabelecimentos saíssem do centro. Mas anteriormente a isso, o alto custo do solo urbano na área central e a crescente perda da sua função de moradia com a

expansão urbana, contribuiu para este cenário. A historiadora Sylvia Paes comenta sobre esse processo:

O centro é bem eclético, com construções que datam do início do século XX e refletem todo o apogeu econômico do ciclo do açúcar. Os imóveis refletem a riqueza que estava na terra. O centro era um local nobre de se morar. As famílias se enriqueciam com a indústria e o comércio do açúcar e queriam mostrar nas suas fachadas todo o seu requinte. Nesta época os imóveis já tinham essa característica de servir de loja no térreo e moradia na parte superior. Mas, com passar dos anos os habitantes dali passariam a ter outra concepção de moradia, precisando de mais espaço. Daí o único jeito era sair do centro para morar em áreas maiores. E é natural que essas pessoas comecem a dar mais valor à sua residência, ficando os prédios do centro, relegados a segundo plano e, aos poucos, dando lugar somente a um espaço comercial (Monitor Campista, 21 de fevereiro de 2009).

Nesse sentido, demandas de revitalização, que buscam dar nova vida, recuperar e reorganizar esse local da cidade, têm crescido e ganhado espaço na agenda pública, acompanhando uma série de intervenções pontuais com foco em um fortalecimento funcional e econômico, assim como de um ordenamento estético, que se fazem, especialmente, através da revalorização do patrimônio arquitetônico, sua ambiência e uso cultural. Prática, que, como é possível prever através das experiências nas grandes cidades, arrisca esvaziar a centralidade desse espaço, seu caráter público e de constituidor da memória coletiva, o reificando.

2 Dimensões de significância do patrimônio arquitetônico urbano no Centro Histórico

Para Lefèbvre (2002), não é possível descrever o urbano apenas pelas suas funções (política, administrativa, comercial, produtiva, etc.), formas (disposição espacial) e estruturas (morfológicas e sociológicas). O que constitui a cidade vai além da descrição e engloba o conteúdo, visto que sua essência está na centralidade, no movimento dialético que a constrói e a destrói, reunindo um conjunto de atividades e elementos, não importando quais. Essa forma urbana não tem nenhum conteúdo específico, mas tudo a ela vem e nela vive (coisas, objetos, pessoas e situações). E é justamente a função central e capacidade de pôr em contato e permitir toda forma de comércio humano, que, como principal propriedade da forma urbana, torna a centralidade urbana objeto de disputa entre atores e usos econômicos contra os outros usos (LEFÈBVRE, 1967).

A questão da identidade e da memória coletiva no espaço público também contribui para que esse espaço se configure como um espaço de disputa. Ora, se um espaço público é um dispositivo que põe em tensão identidades entre distância e proximidade, entre o face a face com o outro e a copresença com os demais, é também disputável nos usos e nas normas que os regem, o que o submete ao domínio dos processos de apaziguamento e das controvérsias sobre o bem público (JOSEPH, 1999).

A ideia de revitalização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes mostra-se a partir do Plano Diretor de 2008, e é associada, principalmente, a reivindicações dos comerciantes locais na busca de reestabelecer o fortalecimento das atividades comerciais que se enfraqueceram a partir da década de 90. A CARJOPA foi criada nesse contexto, em 1996, tendo a revitalização do centro como pauta central:

No dia 15 de maio de 1996, foi criada a Carjopa, em assembleia realizada na sede da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) [...] o cenário não poderia ser mais apropriado: o centro histórico da cidade, seu conjunto arquitetônico, que também precisava, e muito, de preservação. Até então, eram poucos os campistas que tinham como bandeira a restauração do centro. E a Carjopa, logo de cara, encapou esta luta, ganhando simpatias de uma boa parcela da população [...] Naquela ocasião, além do esvaziamento econômico, com o fechamento de vários pontos de vendas, o centro estava abandonado, o público só tinha olhos para a Avenida Pelinca e seus shoppings, as novas atrações para o consumidor (WANDERLEI, 2016, p. 15).

Dentre os interesses dos comerciantes citados por Wanderlei (2016) e durante entrevista com a associação, estavam a retirada dos fios e postes com sistema subterrâneo, reforço na segurança com a guarda municipal e na fiscalização com os fiscais de postura, circulação de vans e micro-ônibus pelas ruas do centro, especialmente na Avenida Sete de Setembro, definição de áreas de estacionamento em Guarus e de uma ponte para pedestres ligando os dois bairros, uso das orlas do rio Paraíba do Sul como área de lazer, estímulo a novos empreendimentos para o centro, como academias de ginástica, cursos profissionalizantes, galerias de arte, cafés e bares, criação de um roteiro turístico para o centro e valorização dos prédios históricos com iluminação cênica.

Além dos comerciantes, atores culturais e entidades da sociedade civil organizada também reivindicam ações que valorizem o centro histórico, militando em prol de uma preservação mais eficiente do patrimônio arquitetônico urbano local.

Destacam-se aqui aquelas presentes como membros do COPPAM, que possibilitam esse contato e visibilidade: a Associação de Imprensa Campista, o Instituto Histórico de Campos dos Goytacazes e a Associação Norte Fluminense de Engenheiros e Arquitetos; esta última, em especial, demonstra certa tradição de inserção profissional na questão do patrimônio na cidade, participando em diversas ocasiões de forma colaborativa à gestão municipal, seja com a promoção de eventos, com a cessão de levantamentos ou com a publicidade de seu posicionamento frente aos conflitos que surgem em torno do tema.

Além desses atores, há ainda os proprietários dos imóveis que constituem o patrimônio arquitetônico a ser preservado. A pesquisa revela impasses difíceis de serem contornados nessa relação, visto que a questão da propriedade privada esbarra com o interesse público por determinado bem, exigindo uma articulação que permita um consenso entre esses interesses, direitos e deveres. Afinal, o poder público precisa garantir a preservação e o proprietário precisa manter seu imóvel em situação regular, os meios para isso precisam ser acordados de maneira que possibilite ambas as demandas e envolver os instrumentos necessários para isso, seja a redução ou isenção de IPTU, seja o apoio e orientação técnica quanto a reformas e usos, sejam parcerias entre a iniciativa privada e o poder público.

Ainda assim, com essa diversidade de atores, a questão da preservação do patrimônio ainda parece restrita a determinados grupos de interesse. Vieira e Teixeira (2005) destacam essa deficiência nas práticas de preservação da cidade:

Tal fato leva ao questionamento da função agregadora do patrimônio, considerando-se que somente alguns setores específicos incorporam o discurso patrimonialista e dele participa. Mesmo com todo avanço feito, ainda se faz necessário alcançar mecanismos que possibilitem uma maior inserção social nos processos de atribuição de valores e uma real identificação com os bens selecionados para preservação (VIEIRA; TEIXEIRA, 2005, p.24).

O que se acompanha, portanto, é um cenário de disputa entre atores específicos, que vulnerabiliza a sociabilidade e a memória coletiva através de uma valorização dos objetos da mesma forma específica. Nesse sentido, a educação patrimonial entra como um fator também necessário para uma efetiva revitalização do centro histórico, visto que possibilita ampliar esse conceito a sociedade como um todo em um movimento recíproco, pois da mesma forma que novos grupos passarão

a conhecer e se reconhecer na história, novas representações do patrimônio podem surgir.

3 O projeto de Revitalização do Centro Histórico de 2012

Como já vimos, demandas de revitalização, que buscam dar nova vida, recuperar e reorganizar esse local da cidade, têm crescido e ganhado espaço na agenda pública. Campos dos Goytacazes, especialmente sua área central, foi foco de planos de revitalização, a partir de 2001, com o projeto “Cidade Qualidade”, citado por Paes (2006). Esse projeto foi contratado pela prefeitura municipal ao escritório do engenheiro carioca Sérgio Moreira Dias, envolvendo 40 (quarenta) intervenções entre propostas de melhorias do sistema viário, como a construção da Ponte Leonel Brizola, obras de saneamento e reforma de equipamentos de uso coletivo como a Praça São Salvador, o Canal Campos-Macaé e a rodoviária Roberto Silveira. Caracterizou-se por reunir intervenções planejadas sem nenhuma discussão com a sociedade civil organizada e inauguradas ao longo dos posteriores 10 (dez) anos.

A autora destaca ainda, o “Projeto de Revitalização do Comércio de Campos dos Goytacazes”, encomendado pela Associação Comercial e Industrial de Campos – ACIC à firma Adão e Souza em 2005. Este, por sua vez, trabalhou sob o conceito de shopping a céu aberto e focou nas formas de atração de consumo para as atividades comerciais do local, propondo ações preventivas para o comércio de ambulantes e que privilegiassem o fluxo de pedestres, envolvendo as questões de oferta de transporte público e estacionamentos (PAES, 2006).

A política de “Revitalização do Centro Histórico”, foco deste projeto e ainda pouco relatada em outros trabalhos acadêmicos, consiste em mais um plano de intervenção para a área central, que começou a ser implementado em junho de 2012. Tinha, na época, de acordo com notícias vinculadas ao site da própria prefeitura, um orçamento estimado em R\$ 65,4 (sessenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), envolvendo 26 ruas do centro, e a previsão de três anos para conclusão. As intervenções foram promovidas e financiadas pelo governo municipal, mas a mobilização, como vimos, partiu dos agentes comerciais locais.

As obras foram executadas pela empresa Imbé Engenharia Ltda., já o projeto teve autoria de um escritório carioca em parceria com o escritório local do arquiteto

Cláudio Valadares, entrevistado durante a elaboração deste trabalho. De acordo com o arquiteto, as medidas adotadas tiveram como referência as intervenções de revitalização do comércio do centro do Rio de Janeiro, na área do Saara, e as diretrizes implementadas no projeto do Corredor Cultural a partir da década de 80.

A proposta de intervenção abrangeu grande parte do Zona Centro Histórico – ZCH da Lei de Uso e Ocupação vigente, mas só teve executado cerca de 30% do projeto, que incorporava ações diversas com vistas à “requalificação, valorização e preservação cultural do patrimônio ambiental urbano do centro histórico”. Sendo elas a praça Prudente de Moraes, conhecida como Praça do Chá-Chá-Chá e algumas ruas no seu entorno (Figura 02).



Figura 02: Praça do Chá-Chá-Chá
Fonte: Acervo pessoal, 2017.

A não conclusão das obras, entregues em 2016, gerou problemas visíveis até hoje, como a questão dos postes que deveriam ter sido removidos depois da instalação da rede subterrânea de energia elétrica, mas que apesar disso continuam poluindo a paisagem e ainda situados no meio das rotas acessíveis planejadas para deficientes visuais (Figura 03). De acordo com o arquiteto, esse impasse se deu por conta de uma indefinição que permanece entre a concessionária de energia elétrica, que cobrou pela retirada dos postes, e a prefeitura, que se recusou a pagar o valor pedido. Apesar disso, ele destaca que todo o projeto foi elaborado com a participação e colaboração da concessionária.



Figura 03: Fiação aparente pós-reforma
Fonte: Acervo pessoal, 2017.

“Elefantes brancos” também são resultados dessa intervenção, a exemplo do que ocorre com o galpão planejado para abrigar o Shopping Popular Michel Haddad (Figura 04), incluído junto com o Mercado Municipal ao Projeto de Revitalização posteriormente ao contrato inicial, e construído pela metade por falta de verba e mobilização da sociedade em discordância à proposta apresentada, por entender que esta desconsiderava o prédio do Mercado como patrimônio e seus usos característicos.

Além disso, o arquiteto ressalta também a falta de interesse político em concluir a revitalização, visto que se tornou uma proposta de governo, partidária, e não para comunidade de fato. Segundo ele, uma parte importante da proposta, que tratava da regulamentação e fiscalização da área de intervenção, não chegou a ser levada à Câmara, o que reflete hoje na falta de manutenção e no vandalismo de mobiliários, como o sistema de lixeiras, placas de ruas, bancos e postes de iluminação.



Figura 04: Galpão feito para o Shopping Popular
Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Notou-se que as recentes intervenções demandaram, em princípio, um centro mais organizado para e pelos comerciantes e lojistas. Apesar dessas circunstâncias, a associação comercial Carjopa considera a reforma como um avanço que chegou a contribuir de alguma forma para melhorias no comércio. No entanto, sua principal reivindicação, a questão da fiação elétrica aparente, acabou por não ser totalmente atendida, o que ainda prejudica a imagem do centro e dificulta incentivar os lojistas a investirem e melhorarem as fachadas de suas lojas, muitas delas situadas em prédios de relevância histórica.

4 O cenário de implementação das políticas: efeitos, conflitos e obstáculos

As políticas públicas urbanas configuram-se como uma instância de problematização, em que se apresentam disputas de interesse, de usos, bem como variadas formas de impor e interpretar normativas. Dessa forma, o processo e a dinâmica de implementação dessas políticas comumente envolvem conflitos e obstáculos, que, por sua vez, se refletem e materializam seus efeitos no espaço urbano. Nesse sentido, esta seção reserva-se para a apresentação destes.

Conflitos e obstáculos observados

- Inoperância do conselho entre gestões: ocorreu durante 2009, na gestão de Rosinha Garotinho e, durante 2017, na gestão atual de Rafael Diniz. Hoje o COPPAM nem mesmo consta na lista de conselhos municipais da prefeitura; os membros não estão definidos oficialmente, visto que a última Conferência Municipal de Patrimônio para nomeação dos membros da sociedade e posse do demais ocorreu no final de 2013, sendo válida por 4 anos. Além disso, houve, no início da atuação, recorrente falta de quórum nas reuniões, o que gerou atraso nos processos e demais deliberações até que acendessem as pressões da mídia local, que reverteu a situação das reuniões;
- Conflitos políticos/partidários entre gestões que acabam interferindo no tratamento da coisa pública e provocando uma descontinuidade administrativa das políticas: os projetos acabam sendo executados de maneira incompleta; há alterações constantes no regulamento do COPPAM que alteram sua estrutura, dificultando a compreensão de seu funcionamento e intensificando as burocracias

administrativas – processos de tombamento ainda sem registro no cartório, livro de tomo e inventário inexistentes;

- Existência de arranjos políticos e brechas nas normas que os legitimam: a exemplo do número de membros para votação, que é passível de ser contornado de acordo com o interesse da reunião, da subjetividade nas análises e deliberações do conselho e da lista de imóveis preservados utilizada como parâmetro para tombamentos, que não é oficializada;
- Atuação limitada do COPPAM, reduzida basicamente à análise de processos e tombamentos: não há grupos de trabalho, escritório técnico, banco de dados consolidado e fundo de proteção ao patrimônio, como exige o Plano Diretor, além da escassa fiscalização;
- Dificuldade na relação com os proprietários frente à especulação imobiliária e ao limitado incentivo compensatório, pois só existe a redução de IPTU em 80% como instrumento aplicável e inexistindo apoio e orientação técnica;
- Atraso na revisão do Plano Diretor: mesmo em 2018, ano de revisão do Plano Diretor, não surgiram grandes mobilizações ou pautas de novas reivindicações em cena;
- Deficiência na aplicabilidade das leis existentes, especialmente em relação à fiscalização e às penalidades: mesmo vigorando em prol da preservação do patrimônio, podem ser facilmente contornadas frente a forças e interesses políticos nem sempre condizentes com esse objetivo, o que permite supor incoerências intencionalmente deliberadas (Lojkine, 1997; Weber, 1999).

Efeitos sobre o tecido socioespacial urbano

- Demolições recorrentes em função da especulação imobiliária e da rentabilidade dos estacionamentos em uma área fortemente comercial (Figura 05), a exemplo do ocorrido com a Casa Terra, em 2010, e a Chácara da Família Pinto, na Saldanha Marinho, em 2016;
- Descaraterização, falta de identidade e desordem da ambiência do centro (Figura 05) devido às demolições e aos desabamentos, como o Hotel Flávio, em junho de 2018, à falta de estrutura do COPPAM, pela ausência de fiscalização e demora na deliberação dos processos, e à incompletude dos projetos de intervenção executados;

- Desconsideração da arquitetura moderna como relevante no patrimônio local (Figura 05), não consta na lista de prédios preservados que se utiliza como parâmetro, ocasionando demolição e descaracterização destes exemplares sem respaldo e amparo legal;
- Priorização das ações de categoria econômica (turística e comercial) e de ordem estética (de organização do ambiente), moldadas pela tendência de reprodução de experiências externas, tornando centros históricos particulares em ambientes cada vez mais homogêneos (Jeudy, 2005);
- Pouco fortalecimento da memória e identidade, implicando na falta de conhecimento e pertencimento: ainda que a gestão atual tenha demonstrado preocupação em promover educação patrimonial e apesar do projeto de revitalização analisado ter previsto algumas práticas de incentivo a isso, com totens informativos nos prédios relevantes, que não foram feitos.



Figura 05: Efeitos espaciais
 Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Considerações Finais

As análises expostas neste trabalho demonstram uma distorção entre planos e práticas (LOJKINE, 1997). Apesar da existência de diversas leis que regulamentam, na cidade, a questão da preservação do patrimônio e as intervenções de revitalização no centro histórico, como o Plano Diretor e a lei do COPPAM, essas políticas não se consolidam em ações articuladas e são frequentemente contornadas por outros interesses, não assegurando a preservação do patrimônio arquitetônico.

Dessa forma, é possível dizer que o COPPAM institucionalizou a questão do patrimônio e atua, principalmente, através dos tombamentos, mas ainda que fundamentais, não são suficientes para a preservação efetiva dos bens de interesse

cultural da cidade. É necessário também que esses imóveis sejam fiscalizados constantemente, e penalizados conforme lei, quando necessário, da mesma forma que precisam ser inventariados, de forma que sejam acessíveis as informações sobre suas características e estado de conservação para pesquisa ou mesmo para sua restauração.

O COPPAM costuma reagir nos momentos em que o debate público acende a arena da questão, e faz isso mais em proteção às definições e interesses que cabem ao poder público do que em apoio às demandas do proprietário. A simples imposição das leis aos proprietários não se demonstra efetiva na garantia de preservação, carecendo de informação, incentivo e apoio técnico, capazes de mediar a relação entre os interesses públicos e privados inerentes ao patrimônio arquitetônico urbano.

Por fim, ressalta-se que visão restrita à dinâmica comercial, aderida por parte da gestão durante a implementação da revitalização do centro histórico, assim se deu, pois pode ser movida pela facilidade de incorporar as reivindicações dos comerciantes aos interesses de agentes imobiliários, podendo envolver promoção econômica e também cultural, já que se trata de um centro histórico.

Referências

CARNEIRO, S. M. de C. *À margem da cidade: o rio Paraíba do Sul na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes/RJ*. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2015.

CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2000.

FARIA, T. P. *As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana*. [S.L.:s.n.].

FREITAS, C. R. B. *O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes: A sedução persistente de uma instituição pública*. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOSEPH, I. Paisagens urbanas, coisas públicas. Tradução de Regina Martins da Matta. *Caderno CRH*, Salvador, n. 30/31, p. 11-40, 1999. Dossiê 1.

LÉFÈBVRE, H. *O Direito à Cidade (1967)*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉFÈBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. Humanitas, 2002.

LOJKINE, J. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MUXI. Episódios da transformação urbana de Barcelona. *Revista Arqtexto*, v. 17.

OLIVEIRA, M. L. *Reorganização Viária de Campos dos Goytacazes: uma proposta retomada*. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

PAES, S. M. S. *Os Impasses da Revitalização da Área Central da cidade de Campos dos Goytacazes (1991-2005)*. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Candido Mendes, 2006.

PIMENTEL, J. *Acervo fotográfico do blog Campos Fotos*. Disponível em: <<http://camposfotos.blogspot.com>>. Acesso em: janeiro de 2018.

PORTO, A. L. G. et al. A Influência “Hausmanniana” nas intervenções urbanísticas em cidades brasileiras. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 9. e ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 7., Universidade do Vale do Paraíba.

PUGLIA, J. L. M. *O declínio histórico do patrimônio arquitetônico de Campos dos Goytacazes*. 2011. 145f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2011.

ROSSI, A. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SIMÕES Jr., J. G. Revitalização de Centros Urbanos. *Revista Pólis*, São Paulo, n. 19, 1994.

VICENTE FILHO, R. G.. *Políticas públicas de cultura: Uma análise da atuação do Conselho de Preservação do patrimônio Arquitetônico Municipal/COPPAM*. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2011.

VIEIRA, S. S.; TEIXEIRA, S. *Campos dos Goytacazes e o IPHAN nos anos de 1930: Identidade Nacional e Preservação do Patrimônio*. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, v. 18, número especial, p. 19-25, 2005.

WANDERLEI, R. *O homem do centro*. Campos dos Goytacazes: Renova Graf, 2016.

WEBER, MAX. *Economia e sociedade*. Brasília UnB, 1999.